



**Sobre *Missions Civilizatrices* entre bárbaros gregos
e vândalos turcos**

Bozidar Jezernik
Department of Anthropology
University of Ljubljana, Slovenia

Resumo

Museus, mais do que guardarem e exibirem objetos, constroem fronteiras entre nós e os outros; são signos do ocidente em contraste com o resto do mundo. O artigo trata do espólio da arte grega e romana conservada pelos museus europeus, mostrando ser infundada a idéia de que os turcos devem ser considerados como os principais saqueadores.

Palavras-chave

Museus, patrimônio, colonialismo

Abstract

Further than safekeeping and exhibiting objects, museums build frontiers between we and the other; thus, they can be taken as signs of the contrast between the west and the rest of the world. This article is about the spoil of Greek and Roman art kept by European museums, arguing against the idea that the Turks should be blamed for the greatest plunderings.

keywords

Museums, patrimony, colonialism

Antropologia e a história são disciplinas que se mostraram particularmente importantes na construção nos modos de vida de povos europeus e não-europeus, no passado e no presente. Contudo, representar o modo de vida e o passado de diferentes povos não é um fim em si mesmo; antes, é também expressão de poder, e uma sua fonte. Os museus, que literalmente empregam objetos físicos na constituição da cultura, não estão simplesmente a exibi-la: estão também a oferecer “provas” tangíveis que legitimam o presente, particularmente a divisão entre Nós e Eles.

Na França, a noção de que uma coleção poderia honrar a nação foi expressa em 1765, no verbete sobre museus da *Encyclopédie*. A Revolução Francesa criou o primeiro museu de arte verdadeiramente moderno ao designar o Palácio do Louvre como um museu nacional. Também fora da França a opinião ilustrada entendeu que museus de arte poderiam demonstrar a bondade do Estado ou mostrar o espírito cívico das suas elites. Isto levou à difusão de museus pela ‘Europa periférica’. A difusão de museus na Europa prendia-se com o processo de modernização, ou, como se dizia na altura, com a ‘europeização’ do continente. Os museus tornaram-se um dos signos mais importantes do ocidente em contraste com o resto do mundo. Assim, por exemplo, no seu *Guia de viagem à capital turca*, Omney Tcherson Parnauvel escreveu:

Vislumbrando-se esses arrabaldes das cidades turcas, o espírito se volta de novo para a Inglaterra em busca de um lar. Não há aqui ambientes ao pé da lareira, tampouco cenas ou divertimentos de

interiores – museus, parques, jardins, nenhum Richmond, nenhum Hampstead, nenhum Kew Gardens, nenhum Jardim Botânico ou Zoológico, nenhuma esplêndida Estação Terminal, nenhum Hampton Court, nada, enfim, para o entretenimento do visitante (Parnauvel 1855: 46).

Foi durante a segunda metade do século XIX que os museus começaram a se proliferar na Europa: cerca de cem foram abertos na Grã-Bretanha nos quinze anos anteriores a 1887, enquanto que cinquenta foram estabelecidos nos cinco anos entre 1876 e 1880. Os primeiros museus não-europeus foram estabelecidos nos assentamentos de colonos brancos: o primeiro museu norte-americano foi aberto em Charleston em 1773, o primeiro museu australiano em Sydney em 1821, o primeiro museu latino-americano no Rio de Janeiro em 1815 e o primeiro museu africano na Cidade do Cabo em 1825. Durante o século XIX, a idéia de que museus são imóveis importantes num estado bem fornido se espalhou por outras partes do mundo como forma de sinalizar ao Ocidente que se é um parceiro político confiável, imbuído de um devido respeito por, e de aderência aos símbolos e valores ocidentais (Duncan 1994: 279). No entanto, uma proliferação explosiva de museus ao redor do mundo não se verificou antes da década de 1870, quando começaram a ser preenchidos os espaços vazios no mapa dos museus. Fora da Índia e das Índias Orientais Holandesas, os primeiros museus asiáticos foram abertos em Banguécoque (1874), no Japão (1871, 1877), na China (1905), na Coreia (1908), no Bengali Oriental (1913), em Phnom Penh (1917), Ulan Bator (1921) e Cabul (1922). Na África, o segundo museu de todo o continente foi criado no Egito durante a construção do Canal de Suez em 1863 (Prösler 1996: 24-5).

Bárbaros gregos

No Ocidente oitocentista, os gregos eram considerados 'o povo mais sábio e realizado do mundo'. O seu destino, como povo que foi um dia o dos mestres do mundo conhecido e que então cedeu o lugar ao ascendente Império Romano, tornando-se, em seguida, 'uma mera província da Turquia' (Charlotte Elizabeth 1837: 96, 98), serviu como exemplo e argumento relativamente ao progresso da civilização. Em meados do século XIX, por exemplo, Aubrey de Vere, no seu *Retratos pitorescos da Grécia e da Turquia* – referindo-se

ao Bispo Berkeley, que havia registrado em verso que a civilização sempre se havia espreado numa grande onda do Oriente para o Ocidente –, explicou a asserção com o velho adágio latino que dizia que uma serpente não tem poder antes de ter comido uma serpente. Segundo ele, esse adágio pode ser aplicado a nações:

Cada nação que arvorou uma grandeza verdadeira qualquer absorveu, quer política quer moral e intelectualmente, alguma nação que a precedera. O intelecto grego absorveu e assimilou tudo o que havia de mais valioso no legado político e filosófico das nações mais a leste, salvo a Palestina. Roma, por sua vez, absorveu a Grécia; e a lei romana com maneiras teutônicas (ambas se fundiram uma na outra sob a ação da chama vital da Cristandade) erigiu a civilização da Europa medieval. O tesouro comum europeu herdou, assim, tudo o que a antiguidade e o Oriente haviam feito e pensado: - A América herda-nos (de Vere 1850: I, 194-5).

A atenção dada ao espólio existente da arte Grega e Romana remonta ao século XV, quando coleções de esculturas, moedas e pedras antigas começaram a ser montadas na Itália. No século XVI, o entusiasmo atingiu a Alemanha, a França e a Grã-Bretanha. Devido a um crescente interesse pela Grécia e pelos seus monumentos durante o século XVII, Spon e Wheler começaram a empreender viagens sistemáticas visando a descoberta de edificações e obras de arte gregas, em 1675. Os primeiros viajantes tinham como principal motivo não apenas o conhecimento do país em si mesmo, mas a esperança da descoberta de *tesouros* com os quais enriquecer as suas coleções privadas ao voltar. Os britânicos montaram coleções consideráveis nas primeiras décadas do século XVII (ver Michaelis 1882). Seguindo o seu exemplo, ao longo dos dois séculos subsequentes outros viajantes europeus, sobretudo franceses, se centraram em coligir arte grega. Objetos gregos entraram na moda no século XVIII, quando filósofos como Jean-Jacques Rousseau se retrataram a si mesmos como gregos ou romanos ataviados com as togas de Cícero e Lucrecio para reviver antigos papéis¹ (Lowenthal 1985: 347). Por volta do início do século XIX, europeus ocidentais cultos começaram a ver a Grécia clássica como a raiz da civilização ocidental, e eles próprios como os seus herdeiros culturais. “Somos todos gregos”, declarou Shelley; “as nossas leis, a nossa religião, as

nossas artes têm a sua raiz na Grécia” (Lowenthal 1996: 243-44).

Mas embora na primeira metade do século XIX a Grécia emergisse novamente independente, a opinião era a de que “a sua imensa glória e poder tinham desaparecido para sempre” (Charlotte Elizabeth 1837: 98). E, à medida em que o classicismo ganhava entusiastas, cada vez mais as pessoas no Ocidente julgavam que os gregos modernos não eram guardiões apropriados da sua herança clássica, e supunham que os verdadeiros herdeiros do legado helênico não viviam na Grécia, mas “em todas as terras do Ocidente” (Cuthbertson 1885: 218). Eram os verdadeiros herdeiros não apenas porque se preocupavam com a herança clássica e sabiam mais sobre ela, mas também porque nas suas mãos essa herança se tornou efetivamente universal – um legado que inspirava filósofos e homens de Estado, poetas e arquitetos em todos os rincões.

Neste século dezenove, não nos deveríamos esquecer da nossa dívida para com a Grécia. Desse pequeno país montanhoso surgiram algumas das mais nobres criações do intelecto humano, e algumas das mais elevadas ilustrações do gosto estético e da beleza ideal que o mundo jamais vira. Poetas, estadistas, guerreiros, historiadores, filósofos, escultores e dramaturgos coligiram mais material e inspiração na Grécia do que em qualquer outro país no mundo gentílico (Cuthbertson 1885: 216-7).

No entanto, o universalismo da herança clássica grega tomou antes de tudo a forma de uma aquisição em bloco de antiguidades clássicas para coleções particulares, que por seu turno constituíram a base de grandes museus europeus, tais como o Louvre e o Museu Britânico. No século dezenove, a apropriação dos espólios físicos da Grécia antiga sustentou a reivindicação de europeus ocidentais à herança cultural e, através do estabelecimento de “um laço sagrado existente entre a Europa e a Grécia” (Cochrane 1837: II, 277), forneceu uma base poderosa à noção de que a Europa (ocidental) possui uma decidida superioridade sobre todos os outros continentes, o que por sua vez justificou o imperialismo ou colonialismo europeu como *missions civilisatrices* (Bernal 1994: 118).

No entanto, processo como um todo não se deu sem paradoxos. Quando os viajantes ocidentais descobriram a Grécia e

a sua herança clássica durante o século XVII, a Grécia clássica era parte dos seus currículos. Ao longo das suas peregrinações pela Grécia, os viajantes reiteradamente descobriam que os gregos contemporâneos não “entendiam bem a Grécia Antiga” (Wheler 1682: 355), ou, pelo menos, tinham dificuldades ao tentar falar ou mesmo compreender o Grego moderno (Giffard 1837: 195). Em tais ocasiões, observavam que “o idioma Grego moderno difere apenas do antigo apenas num sistema de barbarismos”. Segundo Edmond About, a chave para esse sistema era “distorcer apropriadamente as palavras que aprendemos na faculdade” (1855: 9-10). Assim, os próprios gregos se tornavam *barbarós* (bárbaros) no sentido original da palavra: aqueles que não eram capazes de falar o Grego antigo.

No início do século XIX, os habitantes da Grécia eram vistos como iletrados, uma raça resignada e enfraquecida que então florescera entre as ruínas duma antiga civilização, e a própria Atenas contemporânea era vista por muitos viajantes como uma cidade que “modestamente se acomodava ao pé da Acrópole, silenciosa como o escravo que se envergonha da sua miséria e dos seus grilhões” (Forbin 1820: 3). Este ponto de vista era partilhado por viajantes europeus e por autoridades otomanas alocadas na Grécia. Como Thomas Smart Hughes e os seus acompanhantes examinassem o edifício da Acrópole, o *disdar aga* pediu-lhes que dessem alguma informação sobre os Gênios que haviam erigido essas grandes edificações. Assegurando-o de que foram todos obras de seres humanos, ele aquiesceu à idéia de que se tratava de gigantes, mas quando se lhe tentou convencer de que tais gigantes foram os ancestrais dos Gregos, ele irrompeu numa sonora gargalhada, e apontou com o dedo para os habitantes da cidade moderna (Hughes 1820: 260).

Não é de espantar que, ao longo do século XIX, houvesse “o desejo e a tentativa, por parte de toda a classe mais instruída, de melhorar e purificar a língua, e assim devolvê-la, de alguma maneira, ao seu antigo estado” (A Lady 1847: 131). Contudo, o esforço árduo que os gregos fizeram ao longo do século XIX no sentido de se ‘rehelenizar’ por meio da introdução duma linguagem arcaizante foi descrito com desdém. A opinião era a de que os gregos aprenderam simplesmente “no intuito de se convencer a si mesmos de que eles são filhos dos helenos”, da mesma forma como o seu estudo da história grega foi apresentado como um esforço “para que tivessem algo de que se vangloriar” (About 1855: 35). Não obstante a

“purificação” da língua moderna, na segunda metade do século XIX muitos ocidentais ainda a consideravam “bastante alijada” do Grego antigo (Janke 1874: 106; Krumbacher 1886: 20, 93).

Templos romanos e museus modernos

O gosto pelas coisas gregas levou à tomada massiva das suas riquezas clássicas. Olaria, escultura e arquitetura foram presas de visitantes estrangeiros desde os tempos romanos. Autoridades romanas levaram consigo uma miríade de estátuas, ao ponto de, no tempo de Trajano, se ouvir com frequência que em Roma havia tantas estátuas de mármore quantos seres humanos. Nos séculos subsequentes, a Grécia aparatou todas as galerias da Europa com as suas aquisições mais valiosas (Blaquiere 1828: 35; Fiedler 1840: I, 10; de Vere 1850: I, 99, 105). Contudo, nunca o ritmo das perdas fora tão acelerado quanto no início do século XIX, quando o imperialismo cultural ocidental – por compra, suborno e influência – espoliou a Grécia de grandes quantidades dos seus tesouros restantes, e adornou museus europeus com as mais finas relíquias da arte antiga: o friso do Partenon em Londres, o frontão afídio (*aphadian* [sic]) em Munique, a Vitória de Samotrácia em Paris. Como argumentaram Beard e Henderson,

Os templos romanos tinham, de fato, muito em comum com os museus modernos, e partilhavam alguns dos seus paradoxos: exibiam, para a admiração geral, as peças excelsas do gênio grego; ao mesmo tempo, o seu status institucional e religioso, a autoridade divina que representavam, servia para legitimar a pilhagem e a conquista que haviam obtido aquelas obras-primas. Desde muito antes do que talvez imaginemos se tratou de uma apropriação, e é isso, incontornavelmente, que está no coração do discurso da cultura no ocidente (1994: 9, 11).

Até 1687, a ação destrutiva do tempo não havia debilitado a Acrópole, e o Partenon resistiu sem estragos de monta, tal como muitos outros monumentos clássicos. A sua destruição foi deixada para “uma era civilizada e gentil”, e para pessoas conhecidas pelo seu amor às artes. Em 26 de setembro de 1687, o conde Koenigsmark e o doge Morosini invadiram Atenas. Durante o cerco da Acrópole, “esses godos modernos” dirigiram a sua artilharia ao Partenon e

destruíram para sempre “o maior triunfo arquitetônico dos homens”. Caída a cidade, Morosini, com a intenção de embelezar Veneza com os espólios de Atenas, tentou remover um grupo de figuras que representavam Poseidon e os cavalos do coche de Atena (*Athena's charriot*) do frontão do Partenon. As cordas com que os homens baixavam as figuras se romperam, e as peças se partiram em pedaços (ver, e.g., Vernon 1675/6: 357; Randolph 1689: 23; Perry 1743: 507; Pococke 1745: 162; Voltaire 1761: VI, 111; Chandler 1776: 42, 47; Craven 1789: 256-57; Sutherland 1790: 226; Watkins 1794: II, 294; Montague 1799: 62; Chateaubriand 1812: I, 211-12; Hobhouse 1813: 340; Bramsen 1820: II, 84; Hughes 1820: 256; etc.).

Durante o domínio dos governadores otomanos de Atenas, não era fácil obter antiguidades, particularmente porque a pena de morte era aplicável a turco ou grego que se descobrisse que houvesse permitido a remoção de qualquer relíquia sem a permissão do sultão. Isto porque, no período da ocupação otomana, os templos na Grécia eram guardados como propriedade real, e nunca se concedia permissão para a remoção de uma escultura caída ao chão, ou para uma escavação, exceto em favor especial a um embaixador – como no caso do duque de Choiseul ou do lorde Elgin. Consequentemente, em “nenhum país europeu – repitamo-lo a bem da verdade – os espólios da antiguidade foram tão respeitados quanto na Turquia” (Slade 1837: 306).

Durante a sua estada em Atenas nos anos 1780, Lady Elizabeth Craven visitou a Acrópole. Numa carta ao seu futuro marido, o margrave² de Brandemburgo, Anspach e Bareith, ela se queixou amargamente:

O templo de Minerva, na cidadela de Atenas, foi usado pelos Turcos como um armazém de pólvora, que, explodindo, deitou por terra uma tal quantidade de belas esculturas que eu ficaria muito feliz em ter permissão para coligir as peças destroçadas no chão – mas de balde, Senhor, não posso sequer tocar um pequeno dedo de mão ou pé, pois o Embaixador que esteve todo um ano a negociar a permissão para levar para Constantinopla um fragmento em que havia batido os olhos, cuja concessão julgava segura, ficará tristemente decepcionado. Os marinheiros estavam aparatados com gruas, e todo o necessário para transportar essa maravilhosa relíquia a bordo do Tarleton; quando então, após o

governador da cidadela, um turco, nos haver recebido com muita gentileza, chamou de parte o Senhor de Truguet e lhe disse que, a menos que escolhesse arriscar a vida, devia abandonar qualquer veleidade de tocar nalguma coisa; que havia uma intriga em Seraglio para o afastar, e que se alguma coisa fosse removida, esse pleito por parte dos seus inimigos seria suficiente para que lhe cortassem a cabeça. Magoado e desapontado como estava o Senhor Truguet, ele não foi humanamente capaz de se obrigar a cumprir a promessa; e retornamos para o Cônsul, deveras preocupados diante da tremenda injustiça e ignorância dos turcos, que não fazem realmente a menor idéia do valor dos tesouros que possuem, e os destroem impudicamente sempre que podem; pois, de um dos pilares do Templo de Teseu, eles recortaram um pedaço de mármore, a ser fundido e transformado em cal para a construção de uma fonte turca – e tal é o fado de muita obra-prima dos melhores escultores gregos (Craven 1789: 256-57).

Causas naturais deixaram a Acrópole quase perfeita por séculos, até ser vandalizada no contexto da apologia do amor à arte, em plena luz dos tempos modernos. Como sobre isso escreveu o conde Forbin, “o polimento delicado do mármore, os ângulos agudos e a alvenaria compacta, tudo, em suma, se une para absolver o tempo, e para acusar a mão bárbara do homem” (1820: 4). No início do século XIX, o artista e cônsul francês em Atenas Louis François Sébastien Fauvel, de quem Byron relatou que amiúde asseverava não serem os gregos “merecedores de ser emancipados” em razão da sua “depravação nacional e individual” e “ingratidão” (Lunn 1896: 86), fazia as vezes de cicerone para todo viajante ilustrado em Atenas e arredores. O quintal do conde Fauvel continha tesouros em urnas, hermetas,³ sarcófagos, entablamentos⁴ monumentais, e assim por diante, em quantidades “suficientes para preencher um museu” (Hughes 1820: 270). Um ávido e habilidoso escavador, o cônsul Fauvel explorou sítios e edifícios esquecidos, adquirindo o que pudesse, onde pudesse – primeiramente para o seu patrono, duque de Choiseul-Gouffier, e em seguida para si mesmo:

Em 1788, ele roubou uma inscrição em mármore do pavimento

dum monastério, pois, disse ele, não logrou obtê-lo por nenhum outro meio; quando desejou remover três colunas em *verd antique* que encontrou esquecidas num canto da Acrópole de Atenas, subornou um soldado turco para que as jogasse das paredes da cidadela sobre uma pilha de excrementos lá embaixo. Em seguida, pôs os olhos numa métopa⁵ do Partenon que uma tempestade havia derrubado; na queda, ela havia se partido em três peças, coisa que, na situação, foi uma sorte, porque de outra maneira teria sido impossível induzir o soldado – como ele fez – a empurrar as peças ao longo das paredes sobre o teatro de Dioniso e jogá-las para ele lá embaixo. Quando ele desenterrou uma laje do friso do Partenon, contudo, ela estava intacta, e, sendo os turcos particularmente permeáveis ao suborno, ele obteve permissão para a remover. Mas ela se mostrou muito pesada, e metade do comprimento teve de ser cortada fora, processo no qual as cabeças das mulheres ali esculpidas em baixo-relevo foram quebradas; no entanto, não foram perdidas, pois acompanharam o espólio quando ele o escamoteou dentro do Piraeus para ser despachado à Europa. O seu butim foi bastante considerável: em 1787, ele despachou para a França em nome do conde dezesseis caixas de mármore e quarenta de argamassas das mais importantes esculturas de Atenas; no ano seguinte, mais de vinte outros fragmentos esculpidos seguiram o mesmo caminho (Bracken 1975: 17-8).

Como uma escusa por atos dos amantes ocidentais das artes, a partir do século XVIII muitos no ocidente responsabilizaram os turcos pela mutilação e destruição da Acrópole e outros monumentos clássicos, sendo os seus motivos a ignorância, a iconoclastia e/ou o barbarismo com relação aos despojos artísticos (Craven 1789: 220; Quin 1835: II, 194; Giffard 1837: 162; Slade 1837: II, 303; de Vere 1850: I, 99; Burt 1878: 32). Os turcos seriam supostamente culpados por haver quebrado as pedras na Acrópole e as ter aplicado na construção duma nova mesquita que tinham erigido ali, ou na restauração das suas casas e dos muros da fortaleza (Chandler 1776: 47; Craven 1789: 221), de haver triturado fragmentos do mármore do Partenon “que poderiam adornar o gabinete dum *connaisseur*” para fazer cal (Craven 1789: 220; Giffard 1837: 162) ou mesmo de atirar com canhões usando a cabeça de estátuas por

falta de melhor munição (de Vere 1850: I, 99-100). Só raramente se perguntaram, como fez Adolphus Slade,

o que manteve os monumentos de Atenas (para não mencionar aqueles da planície de Argos, de Constantinopla, etc.) de pé durante quatro séculos do seu domínio? Terá Minerva amarrado as suas mãos? Terá a sombra de Teseu guardado o seu fano?⁶ – esse edifício quase tão perfeito hoje quanto estava há dois mil anos. Terá Júpiter barrado um trovão ante o seu templo? Fomos vítimas do mais grosseiro dos enganamentos. Um minuto de reflexão esclarecerá aqueles que ainda possam pensar que lordes Elgin prestou um serviço às belas-artes ao arrancar a estatuária do Partenon. Mais estragos foram assim perpetrados do que o teria feito a operação de dois séculos, a julgar pelo passado. Além disso, quem não preferiria ver um fragmento mutilado *no templo* do que o perfeito espécime – fosse isso possível – em Londres? Em Londres, será uma simples peça de mármore, finamente moldada, de fato, mas não mais do que isso; não desperta nenhuma associação para completar o quadro, para preencher o hiato causado pelo tempo ou pela violência. Mas em Atenas, uma cabeça, um braço conta uma história para além dele mesmo. Quem, ali, não preencheria o espaço vazio? Em cinco minutos reanimaria cada figura rasgada, ou traria à vida, em harmonia plena, cada membro despedaçado (Slade 1837: II, 303-4).

Os mármores de Elgin

No início do século XIX, “chegou outro moderno, movido pelo amor às artes, para cumprir a tarefa de destruição que os venezianos haviam encetado” (de Chateaubriand 1812: I, 211-12). Em 1802, Thomas Bruce, sétimo conde de Elgin, embaixador britânico junto ao Portão⁷ e colecionador de arte, solicitou a permissão do Sultão, então soberano da Grécia, para tomar aquelas partes do friso que haviam sobrevivido à explosão, as estátuas sobre os frontões e todas as métopas⁸ que haviam restado na parte sul do templo; essas peças são hoje conhecidas como *Os Mármores de Elgin*. A remoção da estatuária era feita com tanto descuido que até mesmo uma quina do próprio edifício foi danificada.

A perda das Cariátides⁹, quando lordes Elgin as levou

para fora, inquietou mais os corações em Atenas do que a remoção do friso do Partenon, pois elas eram consideradas por “muitos turcos e gregos” como seres vivos que estavam sob influência dum encantamento. A força do sentimento popular sobre esse tópico pode ser atestada por uma história, que circulava entre os cidadãos e visitantes de Atenas, de que uma das Cariátides removidas por lordes Elgin do seu lugar emitiu gritos lúgubres ao longo da noite, que foram respondidos com soluços chorosos pelas suas irmãs na Acrópole. Por toda a noite, segundo a história, a voz de lamento ecoou entre os pilares e vogou a leste por sobre o mar; apenas na manhã seguinte os peitos sagrados das carpideiras foram revisitados pela sua antiga quietude, e os feixes do sol nascente secou as lágrimas sobre as suas faces de pedra (Hughes 1820: 259-61; Bramsen 1820: II, 84; Giffard 1837: 162-63; de Vere 1850: 91-2; Crowe 1853: 110; Bremer 1863: I, 9). O eco dos seus gritos arrepiou o coração de lordes Guilford, e “aquele ático moderno, com um espírito verdadeiramente nobre de liberalidade e gosto”, transportou para Atenas estátuas similares esculpidas na Inglaterra com o propósito de preencher a deficiência (Hughes 1820: 260).

Como compensação pelos seus feitos, Thomas Bruce presenteou a cidade de Atenas com um relógio municipal com harmonias musicais, a céu aberto, próximo ao mercado, em 1814 (Hughes 1820: 267; Walsh 1836: I, 126; Friedrichsthal 1838: 109). Segundo alguns autores, era como “se fosse para trazer à memória o espoliador do Partenon a cada hora” (Hughes 1820: 267). Segundo outros autores, contudo, o primeiro relógio público na Grécia constituiu uma valiosa indenização ao povo de Atenas:

Não se pode apreciar o valor desse presente ao povo, a menos que se passe por ali, como eu o fiz, quando ele der as horas; a atração dos gigantes de S. Dunstan não se lhe comparava. Mesmo em frente havia um café turco, em cujos bancos havia sempre uns quantos turcos semi-adormecidos. Quando o relógio começava a soar as horas, eles emergiam da sua letargia, e cada homem puxava para fora o seu tosco relógio para o acertar. Estava em sincronia com a hora da Turquia, e lhes poupava uma miríade de cálculos intrincados, que eram sempre necessários quando consultavam um Franco (*a Frank*). Quando me viam a olhar para eles, nunca deixavam de me acenar com a cabeça, com ar de grande prazer e aprovação

(Walsh 1836: I, 126).

Em 1816, a coleção de lorde Elgin foi comprada pela nação britânica, e alocada no Museu Britânico. As avarias causadas ao edifício naquela operação geraram um grande debate; alguns argumentaram que viajantes europeus, “que deviam aparecer aqui somente na qualidade de peregrinos contemplativos, [mas] expressaram a sua veneração por meio da extração de fragmentos e posterior transporte para os seus ambiciosos gabinetes” (Colton 1836: 259), contribuíram para a destruição daquilo que invasores e o tempo pouparam. O feito de lorde Elgin foi increpado por muitos de “pilhagem” (Röser 1836: 91; Zachariá 1840: 141; Bremer 1863: I, 9); alguns lhe apuseram as alcunhas sarcásticas de “traficante de pedras”, “negociante de mármore” e mesmo “ladrão de mármore” ou “o último, o pior espoliador” dos templos gregos (Michaelis 1882: 142). O nome de lorde Byron liga-se especialmente à Acrópole: ali, de pé, ao deitar do sol, ele deu curso à sua *Maldição de Minerva*. No suporte de tijolo, substituindo a figura removida por lorde Elgin, via-se escrito a lápis, supostamente por lorde Byron, o bem conhecido dito, *Quot non fecerunt Gothi fecerunt Scotti* (Temple 1836: I, 81).

Muitos escritores britânicos, entre os quais o próprio lorde Elgin, opunham-se a tal opinião, argumentando que o estrago causado ao edifício naquela operação fora imensamente superestimado, e qualificando a realização de lorde Elgin não como um gesto de vandalismo, mas como um ato de preservação desses espólios preciosos da estatuária antiga, que estariam depositados em maior segurança no Museu Britânico, onde mais gente poderia apreciá-los do que em Atenas (see e.g. Bruce 1810: 4-6; Bramsen 1820: II, 79-82; Fuller 1829: 540-41; Walsh 1836: I, 125; Giffard 1837: 162; Wordsworth 1839: 117-118; Bremer 1863: I, 9; Farrer 1882: 37; Michaelis 1882: 136; Lunn 1896: 86-7; Russell Barrington 1912: 52-4; James 1921: 138).

No debate subsequente, o interesse por antiguidades e os conhecimentos especializados serviram como argumentos fortes na justificação da custódia de espólios gregos por parte dos britânicos. Assim, o capitão e viajante britânico Edmund Spencer tachava de “anti-britânicas” quaisquer dúvidas de que o Museu Britânico fosse um lugar melhor para os trabalhos de Fídias e dos seus pupilos do que a região que os vira nascer:

Muito foi escrito e dito por estrangeiros, aliás também por alguns conterrâneos aqui e ali, de não exatamente favorável ao caráter de lorde Elgin e do governo britânico, por terem privado Atenas de tantas peças maravilhosas de arte grega. Aqueles que se apressam em censurar devem lembrar-se de que na altura da sua remoção os turcos eram senhores do país, eles que, em conformidade com os seus preconceitos maometanos, vêem toda representação da divina forma humana como uma violação do segundo mandamento. Se, por conseguinte, lorde Elgin não os houvesse removido, é altamente provável que pientíssimos turcos tivessem destruído esses frisos incomparáveis. Mais uma vez: mesmo supondo que uma atitude moderada por parte dos turcos tivesse poupado esses tesouros da arte, será possível presumir que, na luta sangrenta que teve lugar em seguida entre os turcos e os gregos, qualquer uma das partes teria tido serenidade para contornar qualquer prédio em ruínas que estivesse no seu caminho? Com esta consideração em mente, todo admirador dos trabalhos sem par da Grécia imortal deve sentir-se em dívida profunda com o Senhor Elgin, que, ao preservar esses belos frisos, prodigalizou um benefício ao artista de todos os países (Spencer 1851: II, 266-67).

Apesar da persuasividade de tais argumentos, alguns autores britânicos da primeira metade do século XIX expressaram a opinião de que as esculturas do Partenon deveriam, no momento adequado, “ser restituídas ao seu lar apropriado e natural” (Cochrane 1837: II, 289-90). Esta seguiu sendo a opinião hegemônica entre muitos autores britânicos também durante a segunda metade do oitocentos, mas agora com a ressalva – como a fórmula o antiquário Dyer – de que “Atenas fosse entregue a um governo civilizado, e as destruições que a violência e a decadência impingem aos seus belos monumentos não apenas fossem interrompidas, mas também reparadas” (Lunn 1896: 86-7). Ao final do século XIX, alguns autores britânicos desenvolveram um argumento segundo o qual “os tesouros inestimáveis” que estavam no Museu Britânico eram “um legado deixado a todo o mundo civilizado, e não ao nosso povo em particular” (Johnson 1885: 70). Portanto, todas as propostas feitas ao governo britânico para que devolvesse os Mármores de Elgin encontraram resposta desfavorável (Curtis 1903: 371).

No início do século XX, contudo, mesmo aqueles autores britânicos que não tinham nenhuma dúvida de que lorde Elgin havia feito bem em se apoderar dos monumentos gregos, e os preservar da destruição, eram incapazes de se consolar “com o pensamento de que o trabalho concreto de Fídias e dos seus pupilos está melhor preservado na nossa torre em Bloomsbury do que o estaria se tivesse sido deixado no seu lugar de nascimento”, e argumentam que “agora que a sua preservação adequada estaria tão assegurada no Partenon quanto na Inglaterra, certamente a Inglaterra deveria elevar-se a uma generosidade magnânima, e restituir os originais ao seu lar de direito, e substituí-los por moldes no nosso Museu” (Russell Barrington 1912: 52-3).

A remoção dos mármores de Elgin por Thomas Bruce da Acrópole para Londres é um dos casos mais conhecidos e correntes, mas está longe de ser único. A maioria dos amantes ocidentais da arte eram colecionadores ávidos – mesmo aqueles que condenavam as atividades de lorde Elgin. Assim, no início do século XIX um grupo de viajantes britânicos em Mistra, no Peloponeso, divisaram várias peças quebradas de elegantes colunas acaneladas que haviam possivelmente pertencido ao um templo de Ceres. Perto dessas relíquias, havia uma inscrição desfigurada. Ela fora supostamente desfigura “por dois franceses, que, não conseguindo lê-la eles mesmos, cortaram-na fora por desprezo aos viajantes britânicos” (Galt 1812: 164). Em Olímpia, ao final do século XIX, dentre os inúmeros altares, estátuas e obras de arte que um dia coroavam esses templos, poucos, comparativamente, haviam sobrevivido:

Saqueadores estrangeiros levaram consigo tudo o que, pelo valor do material, representava uma tentação à sua ganância – como a estátua fídica de Zeus, lavrada em ouro e marfim, reputada uma das sete maravilhas do mundo (Farrer 1882: 190).

Resgatando ‘espólios ancestrais’

A consciência histórica foi um produto distinto da modernidade. Na Idade Média e no Renascimento, os amantes da arte não viam nenhum problema em desmontar edifícios antigos com o fito de erguer novos. Mesmo no século XVII, os arquitetos mais proeminentes usavam o Coliseu como marmoraria para os seus próprios trabalhos. Apenas quando as mudanças encetadas

pelas revoluções francesa e industrial radicalmente seccionaram o hoje do ontem é que o passado se tornou um refúgio relativamente a um presente demasiadamente novo e portador de desilusões (Lowenthal 1985: xxi). Como disse Michael Rowlands, “Somos modernos porque somos historicamente conscientes, e historicamente conscientes porque somos modernos” (1994: 135). No século XIX, os estados ocidentais prestaram muita atenção à possível existência, sob a superfície do solo, de vestígios de velhos edifícios e obras de arte transportáveis. As pessoas só começaram a sistematicamente trazer à superfície estátuas antigas quando o sentido crescente de progresso e modernidade facilitou o desenvolvimento de um culto da antiguidade, bem como um interesse maior pelo passado.

No século XIX, na maioria dos países ocidentais foram introduzidas regulamentações que controlavam as escavações feitas na busca de tais espólios ou objetos, até mesmo em solo privado. Com a modernização do mundo, essa atitude se espalhou pelo globo. As primeiras tentativas de se resgatar “espólios antigos” na Grécia, feitas no início do século XIX, destilaram-se de uma helenofilia que era ela mesma, em grande medida, importada. Em 1811, estabeleceu-se a *Philomuse Society*, cujos objetivos eram a disseminação da educação entre todas as classes, a aquisição das línguas modernas e a investigação da história e das antiguidades da Grécia. Para favorecer este último objetivo, as suas antiguidades, ou remanescentes de estatuária antiga, descobertas no continente ou nas ilhas, estavam proibidas de ser transportadas para fora do país sob qualquer pretexto que fosse, devendo, antes, ser coligidas pelo governo para a formação de um museu nacional (Emerson e Humprey 1826: I, 282-83; Tobin 1855: 246).

Para ganhar apoio em prol da libertação da Grécia, os helenofílicos promoveram a imagem dos gregos oitocentistas como herdeiros diretos das Atenas e Esparta antigas. Assim, Demetrius Zographós, que já estivera ao serviço de lorde Byron e que se distinguiu como capitão na guerra da independência, despertou para as antigas glórias do seu país: as paredes da sua humilíssima mansão foram guarnecidas com inscrições mutiladas, fragmentos de estátuas, frisos e capitéis, e ele batizou os seus quatro filhos com os nomes de Temístocles, Alcibíades, Péricles e Aspásia (Fuller 1829: 36). O nacionalismo crescente centrou-se na preservação da herança cultural, e gerou as primeiras tentativas de salvar “espólios

ancestrais". Entre os primeiros atos constitucionais do novo estado, e entre os primeiros papéis e deveres do novo governador da Grécia estava a estipulação de que "ele não deve permitir a venda ou exportação de antiguidades para fora do país". Em meados da década de 1820, os livros da biblioteca da *Philomuse Society* e as poucas antiguidades que formavam o núcleo do museu tinham sido alocados "por segurança" na Acrópole (Emerson and Humprey 1826: I, 282). Em 1829, o primeiro governador da Grécia, Ioánnis Kapodístrias, fundou o primeiro museu arqueológico do país na ilha de Aigina, a capital da Grécia naquela altura. O seu primeiro diretor submeteu ao governador uma lista de medidas para assegurar que "as antiguidades deste país [estejam] religiosamente guardadas" (Cochrane 1837: II, 277). O interesse por escavações também cresceu rapidamente. Por todo o país, governadores interinos locais começaram a escavar as áreas sob sua jurisdição, enviando os achados para o Museu Nacional e publicitando as suas descobertas. O governador interino de Elis (Peloponeso), em 1829, fez um esforço para educar o povo da região. Ele escreveu que

Museu é a palavra para o local em que são mantidas e guardadas antiguidades. Antiguidades é a palavra para antigas obras de arte que foram feitas pelos nossos ancestrais gregos e que foram mantidas em segurança ou sob o solo (Avgouli 1996: 251-52).

O rei da Grécia, na sua primeira visita à Acrópole, prometeu que, se tal estivesse algum dia no seu poder, haveria de restaurá-la àquilo que outrora ela havia sido (de Vere 1850: 92). Logo após o estabelecimento do moderno reino da Grécia, em 1834, foi promulgada uma lei para monumentos que proibia a remoção de antiguidades deste país. A lei declarava, como princípio geral, que "todas as antiguidades encontradas na Grécia, na qualidade de legado dos nossos antigos pais helênicos, devem ser consideradas bens nacionais comuns de todos os helenos" (Tobin 1855: 246; Brown 1905: 65, 217). No mesmo ano, fundou-se o Museu Arqueológico Nacional em Atenas, e as coleções do seu predecessor na ilha de Aigina foram levadas para lá (Avgouli 1996: 246). As antiguidades de Atenas ficaram sob os cuidados do conservador de antiguidades para a Grécia continental, havendo ainda outros dois conservadores, um para o Peloponeso e outro para o Arquipélago. A sua tarefa era

a de ir em busca de espólios da Antiguidade, e de preservar esses espólios em algum local seguro até que um museu nacional regulamentado pudesse ser construído. Vários operários foram empregados em 1834 na limpeza da sujeira e no reparo dos monumentos da Acrópole (Temple 1836: I, 78; Cochrane 1837: II, 285-86; von Klenze 1838: 391; Cumming 1839: II, 115-16; Mure 1842: II, 70). O acadêmico grego Iakovos Rizos-Neroulos abriu a primeira conferência da Sociedade Arqueológica Grega em 1838 na antiga acrópole de Atenas declarando que “essas pedras, graças a Fídias, Praxíteles, Agorácritus e Míron, são mais preciosas do que diamantes ou ágatas: devemos o nosso renascimento político a essas pedras” (Tsigakou 1981: 11).

Os apreciadores ocidentais das artes acompanhavam ansiosamente as tentativas do governo grego de reconstruir a Acrópole (ver, p. ex., Cumming 1839: II, 115-16; Giffard 1837: 152; Tischendorf 1846: II, 310). Não poucos dentre eles acreditavam que, “se isso for levado a cabo com seriedade, todos os museus da Europa que possuam alguma lasca daquela grande obra deveriam agora sentir mais orgulho em devolvê-la do que poderia ser sentido na aquisição original” (Giffard 1837: 152). Contudo, a carência de fundos revelou-se o maior obstáculo a essa empresa (de Vere 1850: 93). O governo grego contentou-se durante um tempo com a demolição de uma mesquita construída sobre a Acrópole pelas autoridades otomanas de ocupação. O seu gesto foi recebido com simpatia e tolerância pelos ocidentais, que acharam preferível “ter ruínas do que tais edificações turcas sobre a rocha da Acrópole” (Bremer 1863: I, 9).

A despeito da grande significância das “pedras” antigas, “as autoridades gregas não empreenderam nenhuma escavação. Elas proibiram o comércio de objetos de arte, mas, uma vez que o governo não as comprava, negociantes seguiam realizando um comércio clandestino e escamoteavam todas as suas mercadorias sob os casacos. Se alguma peça de mármore fosse demasiado grande ou pesada para ser transportada em segredo, era cortada em pedaços, e retalhavam “uma estátua como o fariam com uma ovelha para ser vendida” (About 1855: 178-79).

A ideologia da viagem implicava que os viajantes enriquecessem os seus lares com souvenirs, e esses, como escreve o viajante inglês a Atenas Walter Colton, “que deveriam ter aparecido por aqui apenas como peregrinos contemplativos, expressaram a sua veneração arrancando fragmentos e transportando-os para os

seus ambiciosos gabinetes" (Colton 1836: 259). Na primeira metade do século XIX, muitos "fidalgos viajantes" se entregaram à "mais desbragada devastação" de estátuas, cornijas e capitéis, de onde levavam lembranças das suas viagens atenienses. Se uma estátua se mostrasse demasiadamente pesada para ser removida, um membro já seria suficiente, ou, se se tratasse de escamoteação, o jovem aventureiro poderia satisfazer o seu êxtase extraíndo um nariz ou uma orelha (ver, p. ex., Hughes 1820: 266; von Klenze 1836: 300; Slade 1837: II, 306-7; Janke 1874: 90; Braun-Wiesbaden 1878: I, 192). Em meados do século XIX, uma guarda de soldados precisou ser estabelecida para "defender a Acrópole contra as mãos famintas daqueles turistas colecionadores que viajam com um martelo no bolso, e que lamentavam o dinheiro gasto se não levassem consigo o nariz de uma estátua para ornamentar a sua casa de campo" (About 1855: 177).

Durante a segunda metade do século XIX, viajantes ocidentais podiam comprar antiguidades genuínas – e o faziam quando conseguiam negociar um preço aceitável –, genuínas antiguidades gregas em lojas especializadas em Atenas ((Willis 1853: 213; Farrer 1882: 71-2). Por vezes, até mesmo certo professor de arqueologia da Universidade de Atenas que possuía uma coleção privada de antiguidades orgulhosamente a exibia aos seus visitantes ocidentais, e fazia saber que cada objeto na sua coleção tinha um preço (Farrer 1882: 72). Mesmo que toda a Grécia tenha sido "praticamente esvaziada de qualquer coisa de valor", todo vilarejo tinha um arqueólogo local que andava a comprar, para fazer especulação, qualquer coisa que tivesse sido descoberta nas vizinhanças, e a revender o achado a um preço mais alto (Farrer 1882: 157). Mesmo a preços mais altos do que em Londres e Paris, as antiguidades gregas atraíram como um ímã muitos viajantes ocidentais, que reclamavam de "preços indecentemente altos", e suspiravam e consideravam Atenas "um lugar em que todas as coisas estão à venda: a própria cidade, se você encontrasse um comprador" (Farrer 1882: 72).

Ao final do século XIX, para desgosto dos viajantes ocidentais, acrescentou-se uma dificuldade adicional. Os museus gregos continham "muitas coisas tanto belas quanto interessantes", mas em breve havia demasiadas coisas, "de forma que obras de arte são freqüentemente relegadas a algum casinhoto de madeira e sem janelas, em locais que não são visitados pelo homem civilizado" (Farrer 1882: 62).

De maneira similar, há em Atenas várias dessas instituições, embora um prédio moderno de tamanho moderado pudesse facilmente acolher o conteúdo de todas elas. E o visitante não sofre apenas o incômodo de ter de se deslocar de sítio a sítio ao estudar objetos da mesma classe; pois ele logo descobre que cada museu está aberto apenas um ou dois dias na semana, e isso durante um horário determinado. A razão, admitidamente, era a de que um único funcionário precisava cuidar de todos os seis, e conseqüentemente apenas um era acessível por vez.

Três dos “museus” são dirigidos segundo um plano encantadoramente simples. Qualquer coisa colhida nas vizinhanças é jogada dentro de qualquer maneira, sem registro acerca de onde ou como foi encontrada; de forma que fragmentos da mesma peça de escultura podem estar depositados nos quatro cantos do ambiente, sem a menor perspectiva de algum dia virem a ser reunidos. Para um estrangeiro comum, (p.62) a fazer uma inspeção necessariamente apressada, esse arranjo oferece mais diversão do que instrução. Estas observações aplicam-se ao Templo de Teseu, que contém um conjunto crucial de moldes do seu próprio friso – tomados do original, no Museu Britânico – e uma confusão inextrincável de quinquilharias sem rótulos. Também se aplicam aos dois estabelecimentos na Acrópole – um na *pinacotheca*, à esquerda da Propiléia (*Propylaea*), e o outro numa choupana de madeira a leste do Partenon. Aqui, novamente, nada é inteligível salvo os fragmentos dos Mármore de Elgin apresentados pelo nosso Governo (Farrer 1882: 62-3).

O próximo marco da proteção da herança grega antiga foi estabelecido pelas escavações em Olímpia (1876-77), que estabeleceram o princípio de que tudo o que resultasse das escavações deveria ficar no país, permanecendo com os exploradores apenas o direito da primeira publicação. O governo grego negociou duramente com o alemão, estipulando que tudo deveria ser deixado no país, salvo no caso de duplicatas evidentes, quando o espécime menos perfeito poderia ser levado. Todas as descobertas portáteis eram prontamente removidas “para duas pequenas choupanas nas proximidades, grandiloquentemente chamadas de Os museus”. Mas uma ulterior dificuldade surgiu

em consequência da obstinação absurda do “deme”¹⁰ de Olímpia ao fazer valer os seus direitos municipais, e se recusar a permitir que qualquer coisa fosse levada dos sítios; de forma que todos esses mármores e bronzes, ao invés de ser estudados em Berlim ou mesmo Atenas, desbastam o seu encanto literalmente a céu aberto, e só podem ser conhecidos pelo público geral através da mediação de moldes e fotografias: uma vez que uma coleção de dez cabanas, com apenas uma sala de sobra, que é tudo de que o lugar se pode vangloriar, mal pode ser considerada acomodação suficiente para qualquer número elevado de arqueólogos (Farrer 1882: 191-92).

Na realidade, não foi apenas Atenas, ou sequer a Grécia sozinha que contribuiu para o enriquecimento da identidade dos seus visitantes: esse foi um destino partilhado também por outras partes dos Bálcãs. Edward Browne, por exemplo, no seu relato de viagem informa aos seus leitores que nas velhas cidades romanas, pelas quais ele passou durante as suas viagens na Hungria, na Sérvia, na Bulgária, na Macedônia, na Tessália, na Áustria, na Estíria, na Caríntia, em Carniola e no Friúli, “as pessoas, advertidas previamente, trariam as moedas de que dispusessem, chamando isso de *dinheiro pagão*. Nos países da Sérvia e da Bósnia, os *Armênios* e os *Judeus* fazem coleções, e as mandam para Ragusi; de onde a maior parte é carregada para a Itália” (Browne 1673: 21).

Segundo Alberto Fortis, que visitou a Dalmácia em várias ocasiões durante os anos de 1770, os assim chamados Morlaks, que habitavam a vila de Podgraje, antigamente dedicavam alguma atenção a pedras quando topavam com elas ao lavrar ou escavar,

mas desde que foram forçados a arrastar algumas colunas sepulcrais, sem qualquer recompensa, até à beira-mar, declararam eterna inimizade contra todas as inscrições, e no momento em que as descobrem, quebram-nas, ou então enterram-nas sob o solo, mais profundamente do que estavam antes enterradas: e em boa justiça, não devem ser acusados de barbarismo em razão disso; pois há uma maneira fácil de fazer com que se tornem não apenas gente que preserva, com também gente que busca por antigos monumentos; e essa maneira seria, simplesmente, dar-lhes a esperança de

algum prêmio pelas suas descobertas e pelo seu trabalho.

Acrescenta que ele próprio encontrou por acidente, em certa casa Morlak, “um monumento sepulcral, comprando-o por uma pequeníssima soma, o qual, juntamente com outras aquisições, devo levar comigo para a Itália” (Fortis 1774: I).

É impossível enumerar todas as instâncias de trocas similares feitas ao longo dos séculos. No início do século XX, o arqueólogo Hogarth descreveu como ele e a sua companhia, durante a sua estada no golfo satálico, compraram dos habitantes locais moedas antigas e outras antiguidades em mármore e terracota. Na altura, despenderam “umas quantas horas divertidíssimas numa busca sem pejo por coisas proibidas”.

Seria fácil, agora, justificar o nosso saque, pois, de outra forma, aqueles mármoreos teriam há muito ido para à olaria. Mas eu duvido que algum de nós tenha pensado por um instante sobre justificação, enquanto carregávamos o baleeiro uma vez mais com os espólios de Sidé. Estávamos cumulado do êxtase saqueador, tomados pela riqueza instantânea, pela colheita que não havíamos semeado, ressentindo uma alegria que se importa tanto com ser justificada como qualquer outra no mundo. Trata-se da alegria que havia transformado em piratas e flibusteiros e mercenários aventureiros homens de todos os tipos e condições, e os mantido assim até à morte. Ela recrutou gregos para lutar pela Pérsia, e teutões para lutar por Roma, nórdicos para lutar por Constantinopla, e qualquer um e todos para lutar por Grandes Companhias, e Ordens de Cavaleiros, e batalhões janízaros¹¹ e mamelucos; e ela recrutará os seus quejandos até ao fim dos tempos. Ela não tem rival entre os motivos da ação humana senão o Amor e o Medo, e com tanta frequência dobrou a ambos, que quem poderá determinar se o maior dentre esses três não é o Prazer do Saque? (Hogarth 1910: 121-22).

Como retratou outro arqueólogo britânico, que também comprou, ele próprio, algumas antiguidades durante os seus périplos balcânicos, deixar ir as suas antiguidades não era algo sempre fácil para os locais, pois muitas vezes eram obrigados a realizar tais negócios contra a própria vontade, por lhes faltar meios de

sobrevivência:

Eu disse que os maometanos de Nikšić se recusam a trair qualquer emoção. Estava errado. Mesmo o estoicismo do muçulmano pode quebrar-se ao entregar com as mãos [a mercadoria]. Um velho turco que contratou com um amigo meu a venda da sua espingarda de pederneira por trinta florins – ela tinha inscrita uma data de três centúrias atrás, e está destinada a adornar um museu em Berlim – praticamente caiu em lágrimas enquanto concluía o negócio, exclamando: ‘O meu bisavô levantar-se-á da tumba para me exprobrar!’ (Evans 1878: 196).

O que o vândalo turco podia fazer

O fascínio oitocentista com a antropologia no ocidente não foi compreendido como um passo no desenvolvimento histórico, mas como um importante signo de distinção entre o povo do ocidente e o povo do oriente. Quando viajantes ocidentais realizavam pèriplos através do vasto Império Otomano, em busca de sítios arqueológicos, eles se imaginavam aos olhos dos locais como “bastante tolos” em razão de perder o seu tempo à procura “de semelhantes inutilidades”. Até meados do século XIX, relatos sobre viagens ao oriente com frequência incluíam histórias sobre orientais que julgavam estarem os viajantes de posse de artes mágicas, com a ajuda das quais procuravam tesouros escondidos entre as ruínas de cidades antigas (see e.g. Hughes 1820: 233; Hamilton 1842: I, 390; Bowen 1852: 181; von Hahn 1854: I, 164; Tozer 1869: I, 203-4). O reverendo Wilson, membro da Sociedade Literária de Atenas, por exemplo, fez um relato de um velho, na Grécia, que lhe perguntou de onde os ingleses tiravam o seu dinheiro, pois eram tão imensamente ricos. Como ele respondesse que eles trabalhavam duro, que eram um povo ilustrado, e conhecimento era poder, o velho homem balançou a cabeça de maneira significativa, e replicou:

‘Tudo isso pode estar muito bem, mas eu sei como vocês conseguem a sua riqueza.’ ‘Como?’ – ‘Por meio de mágica.’ – ‘Por mágica! Como assim?’ – ‘Vou contar-te’, disse ele com um ar astuto, e me contou a seguinte história. ‘Um mágico inglês certo dia veio a Atenas. Indo ao encontro do *disdar* [sic], ele disse: – ‘Há ali, entre as velhas ruínas,

uma coluna quebrada; você me concede a permissão de a levar comigo? Ela nada vale'. – 'Por nada deste mundo', replicou o *disdar*, 'pois se o fizesse, a minha cabeça não valeria um *parà*'. – 'Ora vamos', retrucou o mágico inglês, 'não faça uma confusão por nada; deixe-me ficar com ela, e eu lhe darei cem bolsas'. – 'Nem por quinhentas.' – 'Fa-lo-á por mil?' Esse era um lance demasiado poderoso, e o martelo foi batido. O mágico então caminhou por sobre as ruínas, subiu até à velha coluna, sacou um livro de mágicas em inglês, leu por alguns instantes no livro, e então, trepando para trás da coluna, apôs a mão sobre uma cavilha – pois a sua mágica ensinava tudo sobre aquilo – quando eia! A coluna inteira se abriu, e dentro o mágico encontrou um imenso tesouro em ouro, prata e pedras preciosas. Tudo isso ele ajuntou, e baldeou-se para Londres. É *assim* que vocês conseguem a sua riqueza' (Wilson 1839: 494-95).

Supostamente, essa era a opinião prevalecente entre os povos orientais, e em tal medida, que quando alguns indivíduos traziam à superfície uma soberba estátua de mármore no seu jardim, recusavam qualquer preço por ela, "mas escolhiam, antes, parti-la em pedaços, triturá-la até ao pó, na expectativa confiante de encontrar imensos tesouros lá dentro" (Hughes 1820: 232).

Até à Primeira Guerra Mundial, nenhum outro país possuía um sítio de pesquisa arqueológica tão extenso e rico quanto o Império Otomano. Ele abarcava uma larga parte da Grécia Antiga, com a Ilíria (*Illyricum*), a Macedônia e a Trácia, as ilhas Espórades, Creta, a Ásia Menor, a Armênia ocidental, as bacias dos rios Eufrates e Tigre e a Arábia ocidental. Essas terras eram os domínios dos impérios hitita, caldeu, assírio e babilônico, e dos reinos hebraico e sírio; foram posteriormente dominadas pelos governos e civilizações grega e romana, e foram dotados, por todos os lados, dos espólios das suas magníficas cidades. No final do século XIX e início do século XX, muitos concordavam com que, se o governo otomano empreendesse o trabalho de desenterrar os tesouros da antiguidade mais sistematicamente, os seus museus em breve rivalizariam com, senão ultrapassariam, os melhores museus da Europa. Mas esse trabalho havia sido deixado aos estrangeiros, as operações do governo otomano tendo essencialmente se limitado à supervisão das operações (Grosvenor 1895: II, 772; Müller 1897: 133-36; Garnett

1911: 257).

Na primeira metade do século XIX, alguns oficiais otomanos empreenderam eles próprios escavações arqueológicas. Veli Pasha, o filho de Ali Pasha de Ioanina e governador de Morea, mandou fazer uma escavação nas proximidades do teatro de Argos e descobriu dezesseis estátuas e bustos de mármore em ótimo estilo e estado de preservação, particularmente uma de Vênus e outra de Aesculapius (Dodwell 1819: II, 217). Ele estava alegadamente "disposto a permitir qualquer escavação, sob a condição de que se partilhasse o espólio; de forma que, tivesse o seu governo prosperado, não há dúvida de que muitos objetos ora destinados a permanecer sob o solo – ou que, pelo menos, têm poucas chances de cair em mãos de quem os valorize – teriam sido descobertos". Em certa ocasião, Veli Pasha fez uma visita a Atenas com o fito de ver os seus antigos monumentos. A visita de Veli Pasha foi vista com surpresa pelos seus contemporâneos ocidentais: "Isso não seria surpreendente em um europeu, mas de modo algum é usual num turco" (Gell 1823: 364).

A primeira idéia de se colecionar antiguidades, ao invés de se permitir que fossem destruídas ou levadas para museus no estrangeiro, parece ter vindo de Fethi Ahmed Pasha, sob o patrocínio do sultão Abdul Medjid, que em 1850 concebeu a idéia de se juntar os diferentes objetos antigos espalhados sem proteção, e se agrupar esses objetos no pátio da antiga igreja de Sta. Irene. Em 1875, esse local foi considerado demasiado pequeno, e a coleção foi removida para a mais espaçosa e artística Chinili Kiosk (Pavilhão da Cerâmica). Este último edifício foi erguido por Mehmet II em 1466, sendo ele mesmo uma curiosidade artística e arquitetônica, julgada uma obra-prima da arte otomana. Contudo, os visitantes ocidentais do museu não ficaram satisfeitos com o que era apresentado ao público. Durante a sua visita ao museu, Alfred Colbeck, por exemplo, viu acima de tudo uma confusão reinante por todos os cantos:

Vários mármores esculpidos também foram recolhidos a um museu, sem qualquer classificação, ou tentativa de se auferir o seu valor comparativo. A iconoclastia severa dos crentes no Corão juntou-os de maneira confusa, e provavelmente reagiriam a quem se oferecesse para classificá-los e arranjá-los como se de uma convivência com a idolatria se tratasse... No Tesouro está guardada uma extensa coleção de objetos

antigos, mas temos aqui a mesma falta de ordem que encontramos no museu, e a mesma indiferença ao valor comparativo – naves douradas de rara beleza, adornadas com gemas inestimáveis, em meio a uma massa de meros ouropéis que nada valiam (Colbeck 1887: 152).

A situação só mudou quando Hamdi Bey, o filho de Edhem Pasha, que havia sido grão-vizir, um homem educado em Paris, assumiu a direção do departamento de antiguidades. Hamdi Bey foi estudante na Escola de Belas-Artes de Paris. Arte e arqueologia eram os seus assuntos preferidos. Desejoso de dotar o seu país com o benefício da cultura que ele havia adquirido durante a sua residência em Paris, os seus esforços ao retornar a Istambul se voltaram para a criação de um Museu Nacional Otomano na mesma linha do Louvre de Paris. Hamdi Bey e o museu sob a sua direção tornaram-se famosos depois que ele desenterrou vinte e um sarcófagos nas vizinhanças de Saida, a *Sidon* dos Antigos, outrora a principal cidade fenícia, em 1887. Quando os sarcófagos foram embarcados para Istambul, Chinili Kiosk foi considerado muito pequeno para os acomodar, e um decreto imperial foi promulgado sancionando a construção de edifícios especiais para os sarcófagos. O novo prédio foi completado e inaugurado em 1892 (Coufopoulos 1895: 88-91; Grosvenor 1895: II, 772; Müller 1897: 132; Pears 1915: 68). Com ele, Istambul “ganhou um novo museu de que todo turco bem pode se orgulhar” (Muller 1897: 133). Segundo a Sra. Müller, no final do século XIX não havia nenhuma coleção de sarcófagos ou monumentos funéreos no mundo que pudesse rivalizar com a coleção do novo Museu Imperial em Istambul, e havia um enorme prospecto de um importante crescimento da coleção atual, “e se esses tesouros um dia se tornarem mais largamente conhecidos, revelar-se-ão uma atração poderosa para muitos viajantes inteligentes, tal como o mármore do Partenon atraiu gente para o Museu Britânico, ou como a Vênus de Milo reúne centenas de adoradores à sua volta no Louvre de Paris” (Müller 1897: 135).

A primeira descoberta desses sarcófagos foi feita por um certo Mohammed Sherif, que estava a escavar em busca de materiais de construção numa porção de terra que lhe pertencia, em 1887. O Sr. Eddy havia estado nas tombas cortadas na pedra sólida quase dez metros abaixo da superfície, e havia medido e descrito todos os sarcófagos de mármore branco e preto. A 14 de março de 1887, ele

escreveu uma carta sobre uma maravilhosa descoberta de tombas antigas, contendo alguns sarcófagos de mármore branco polido de requintada beleza e maravilhosamente esculpidos, dirigida ao seu pai, Dr. Eddy, e que era para ser reenviada ao seu irmão Dr. Condit Eddy em New Rochelle. O missionário Jessup obteve permissão para fazer uma cópia e transmiti-la ao Dr. William Wright, de Londres. O Dr. Wright enviou-a ao *Times* de Londres, com uma nota em que exprimia a sua esperança de que as autoridades do Museu Britânico tomariam “medidas imediatas para assegurar esses tesouros e prevenir que eles não caíam em mãos do vândalo turco”. O *Times* alcançou Istambul. Ocorre que Hamdi Bey leu o artigo do Sr. Eddy e a carta do Dr. Wright, retrucando (como mais tarde relatou): “Vou mostrar ‘o que o vândalo turco pode fazer’” (Jessup 1910: II, 506-7).

Hamdy Bei telegrafou imediatamente ao governador de Saída para que ele instalasse uma guarda dia e noite à entrada do poço, e não deixasse ninguém entrar até à sua chegada. Em 18 de abril de 1887, Hamdy Bey embarcou para Beirute, para extrair os sarcófagos e trazê-los de navio para Istambul.

Em 29 de abril, ele chegou. Chamou o Sr. Eddy e o Dr. Ford e encetou a remoção daqueles inestimáveis tesouros da escultura grega e fenícia. Vestido como um cavouqueiro comum, com uma blusa e sapatos pesados, ele supervisionou o corte de um túnel do laranjal até ao chão daqueles salões subterrâneos talhados na rocha, construiu uma linha férrea, rolou para fora os colossais sarcófagos até aos jardins e então construiu a sua linha de ferro até à costa, onde erigiu um cais sobre estacas. Em seguida, ele trouxe um vapor de Constantinopla, mandou que se talhasse uma grande abertura lateral, trouxe os grandes blocos encerrados em estojos e encaixotados a flutuar para dentro da abertura, e carregou-os, triunfante, para Constantinopla, onde ficaram no museu, objetos da admiração dos turistas, ilustrados ou não, de todas as partes do mundo. Um dos sarcófagos é supostamente aquele de Alexandre o Grande. O Sr. W. K. Eddy merece o crédito de os ter dado a conhecer primeiro, antes que os vândalos caçadores de antiguidades de Sidon os partissem em pedaços. Ainda assim, uma das estatuetas finamente talhadas foi partida em fragmentos oferecidos para compra, mas terminou por ser

resgatada por Hamdi Beg [sic] (Jessup 1910: II, 507).

Ao longo do século XIX, o museu se tornou uma das instituições fundamentais do estado moderno (ver, p. ex., Bennett 1995: 76-7); ele servia como um instrumento de diferenciação entre membros da “sociedade civilizada”, por um lado, e “bárbaros”, por outro. Com o fito de se definirem a si mesmos como povo civilizado, os europeus precisavam do seu oposto, do seu Outro. As tradições inventadas no século XIX foram baseadas em certos tipos de representações do passado, que aspiravam a enfatizar aquilo que havia tornado o ocidente diferente do resto. Segundo essas representações, o legado cristão e científico do ocidente “consciente da história” era superior, de forma significativa, aos costumes bárbaros do oriente. Na medida em que a herança nos beneficia a Nós apenas se lhes for negada a Eles (Lowenthal 1996: 128), a exclusão do Outro é de natureza essencial. Para excluir outros, as instituições e normas sociais não podem ser universalmente verdadeiras; para aqueles do outro lado da paliçada, os seus princípios devem estar para além da razão. Assim, as realizações de Hamdy Bey não podiam ser aceitas por todos os europeus como signos de um casamento feliz dos otomanos com a civilização ocidental. Depois do desenterramento dos magníficos sarcófagos por Hamdy Bey, pensou-se, no ocidente, que os otomanos não tinham direito de reter consigo esses tesouros da antiguidade clássica, e considerou-se “extremamente injusto que ele não enviasse imediatamente esses sarcófagos aos cuidados de um dos grandes museus europeus” (Müller 1897: 134).

Mesmo no início do século XX, arqueólogos ocidentais tinham dificuldade em compreender por que deviam deixar no museu em Istambul o que haviam resgatado durante as suas escavações no oriente, ao invés de Londres, Paris ou Berlim. O arqueólogo britânico Hogarth, por exemplo, lamentou imensamente a permissão de levar todos os objetos da primeira casa de Artemis na planície do Éfeso para uma temporada na Inglaterra, para serem ordenados e estudados: “Não queria nada menos do que vê-los novamente quando deixei Istambul, e nada mais do que mantê-los para sempre em Londres” (Hogarth 1910: 153-54).

Por muito tempo o Império Otomano havia sido uma mina inexaurível para arqueólogos e escavadores estrangeiros que exploraram os espólios antigos nos domínios otomanos para

benefício dos museus da Europa. Hamdy Bey, vendo o que estava a ser feito por mãos inescrupulosas na aquisição e venda de espécimes de arte antiga, induziu o sultão a introduzir a mesma lei estrita relativa a escavações que havia sido promulgada e feita valer na Grécia e em outros países europeus, publicando uma ordem que tornou ilegal e passível de punição aquele tipo de tráfico. No respeitante a antiguidades, um decreto imperial otomano de 1884 declarou que todos os objetos antigos existentes no Império Otomano que houvessem sido descobertos ou viessem a ser trazidos à luz por meio de escavações pertenciam inteiramente ao estado. Nenhuma escavação poderia ser empreendida sem permissão e controle, e era “absolutamente proibido” exportar antiguidades encontradas no interior do Império Otomano. As antiguidades descobertas em escavações feitas com permissão pertenciam ao Museu Imperial, tendo o escavador o direito, apenas, de fazer desenhos ou moldes (Brown 1905: 65, 223).

Leis similares existiam em todos os países ocidentais, mas apenas no caso do Império Otomano se julgava “justo criticá-la, mais: desafiá-la mesmo, no interesse”, dizia-se, “da ciência arqueológica, mas com freqüência por motivos muito mais baixos” (Müller 1897: 134). Enquanto as escavações feitas por estrangeiros ainda eram permitidas e encorajadas pelo governo otomano, todos os objetos desenterrados deviam ser depositados no museu em Istambul. A grande e crescente desconfiança e descrença dos investigadores estrangeiros era largamente justificada pelos esforços persistentes de muitos no sentido de contornar e violar os acordos que eles mesmos haviam assinado, e em virtude dos quais a permissão para escavar tinha sido concedida. No final do século XIX, um explorador norte-americano da Babilônia, por exemplo, disse que ele não “acreditaria em nada de bom vindo de um turco, e não se julgaria obrigado por nenhum código moral ao lidar com ele” (Grosvenor 1895: II, 776). As medidas tomadas pelo Império Otomano no sentido de proteger a sua herança antiga, ao invés de aprovação, encontrou uma recepção desfavorável no ocidente, onde muitos amantes da arte consideravam “permissível carregar, ou seja, roubar, quaisquer obras de arte antigas que pudessem ser resgatadas do solo turco, por meios lícitos ou escusos”. Havia resmungos à boca pequena, não ousasse o Império Otomano chamar de seus esses tesouros (Müller 1897: 134).

Referências Bibliográficas

- A LADY. 1847. *Wayfaring Sketches among the Greeks and Turks, and on the Shores of the Danube*. London: Chapman and Hall.
- ABOUT, Edmond. 1855. *Greece and the Greeks of the Present Day*. Edinburgh: Thomas Constable and Co; London: Hamilton, Adams, and Co.
- AVGOULI, Maria. 1996. "The First Greek Museums and National Identity". In: F. E. S. Kaplan (ed.), *Museums and the Making of "Ourselves": The Role of Objects in National Identity*. Leicester and London: Leicester University Press. pp. 246-65.
- BEARD, Mary e HENDERSON, John. 1994. "'Please Don't Touch the Ceiling'; the culture of appropriation". In: S. M. Pearce (ed.), *Interpreting Objects and Collections*. London e New York: Routledge. pp. 5-42.
- BERNAL, Martin. 1994. "The image of Ancient Greece as a tool for colonialism and European hegemony". In: C. Bond and A. Gilliam, *Social Construction of the Past. Representation as Power*. London and New York: Routledge. pp. 119-28.
- BLAQUIERE, Edward. 1828. *Letters from Greece: With Remarks on the Treaty of Intervention*. London: James Ilbery.
- BOND, George C., and GILLIAM, Angela. 1994. *Social Construction of the Past. Representation as Power*. London and New York: Routledge.
- BOWEN, George Ferguson. 1852. *Mount Athos, Thessaly, and Epirus: A Diary of a Journey from Constantinople to Corfu*. London: Francis & John Rivington.
- BRACKEN, C. P. 1975. *Antiquities Acquired. The Spoliation of Greece*. London: David & Charles.
- BRAMSEN, John. 1820. *Travels in Egypt, Syria, Cyprus, the Morea, Greece, Italy &c. &c. In a Series of Letters. Interspersed with Anecdotes of Distinguished Persons, and Illustrations of Political Occurrences*. London: Henry Colburn & Co.
- BREMER, Fredrika. 1863. *Greece and the Greeks. The Narrative of a Winter Residence and Summer Travel in Greece and Its Islands*. London: Hurst and Blackett.
- BROWN, G. Baldwin. 1905. *The Care of Ancient Monuments. An Account of the Legislative and other Measures Adopted in European Countries for Protecting Ancient Monuments and Objects and Scenes of Natural Beauty, and for Preserving the Aspect of Historical Cities*. Cambridge: At the University Press.
- BROWNE, Edward. 1673. *A Brief Account of some Travels in Hungaria, Servia, Bulgaria, Macedonia, Thessaly, Austria, Styria, Carinthia, Carniola, and Friuli*. London: Benj. Tooke.
- CHANDLER, Richard. 1776. *Travels in Greece: or, An Account of a Tour Made at the Expence of the Society of Dilettanti*. London: J. Dodsley, J. Robson, T. Cadell, P. Elmsly, and G. Robinson/Oxford: D. Prince.
- CHATEAUBRIAND, François de. 1812. *Travels in Greece, Palestine, Egypt, and Barbary, during the years 1806 and 1807*. London: Henry Colburn.
- COCHRANE, George. 1837. *Wanderings in Greece*. London: Henry Colburn.
- COLBECK, Alfred. 1887. *A Summer's Cruise in the Waters of Greece, Turkey, and Russia*. London: T. Fisher Unwin.
- COLTON, Walter. 1836. *Visit to Constantinople and Athens*. New York: Leavitt, Lord & Co. /Boston: Crocker & Brewster.
- COUFOPOULOS, Demetrius. 1895. *A Guide to Constantinople*. London: Adam and Charles Black.
- CRAVEN, Elizabeth. 1789. *A Journey Through the Crimea to Constantinople. In Series of Letters from the Right Honourable Elizabeth Lady Craven, to His Serene Highness the Margrave of Brandenburg, Anspach, and Bareith*. London: G. G. J. and J. Robinson.
- CUMMING, W. F. 1839. *Notes of a Wanderer, in Search of Health, through Italy, Egypt, Greece, Turkey, up the Danube, and down the Rhine*. London: Saunders and Otley/Edinburgh: Blackwood and Sons.

- CURTIS, William Eleroy. 1903. *The Turk and His Lost Provinces*. Chicago: Fleming H. Revell Company.
- CUTHBERTSON, James. 1885. *Sacred and Historic Lands, Being a Record of Travels in Egypt, Palestine, Syria, Greece, Constantinople, &c.* London: Wesleyan Conference Office.
- DODWELL, Edward. 1819. *A Classical and Topographical Tour through Greece, During the Years 1801, 1805, and 1806*. London: Rodwell and Martin.
- DUNCAN, Carol. 1994. "Art museums and the ritual of citizenship". In: S. M. Pearce (ed.), *Interpreting Objects and Collections*. London e New York: Routledge. pp. 279-286.
- ELIZABETH, Charlotte. 1837. *The Museum*. Dublin: Religious Tract and Book Society for Ireland.
- EMERSON, James e HUMPREYS, W. H. 1826. *A Picture of Greece in 1825*. London: Henry Colburn.
- FARRER, Richard Ridley. 1882. *A Tour in Greece 1880*. Edinburgh/ London: William Blackwood and Sons.
- FORTIS, Alberto. 1774. *Viaggio in Dalmazia. Venezia: Alvise Milocco*.
- FULLER, John. 1829. *Narrative of a tour through some parts of the Turkish Empire*. London: Richard Taylor.
- GALT, John. 1812. *Voyages and Travels, in the Years 1809, 1810, and 1811; Containing Statistical, Commercial, and Miscellaneous Observations on Gibraltar, Sardinia, Sicily, Malta, Serigo, and Turkey*. London: T. Cadell and W. Davies.
- GARNETT, Lucy M. J. 1911. *Turkey of the Ottomans*. London: Sir Isaac Pitman.
- GELL, William. 1823. *Narrative of a Journey in the Morea*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown.
- GIFFARD, Edward. 1837. *A Short Visit to the Ionian Islands, Athens, and the Morea*. London: John Murray.
- GROSVENOR, Edwin A. 1895. *Constantinople*. London: Sampson Low, Marston and Company.
- HAHN, Johann Georg von. 1854. *Albanische Studien*. Jena: Verlag von Friedrich Mauke.
- HOBHOUSE, John Cam. 1813. *A Journey through Albania and other Provinces of Turkey in Europe and Asia, to Constantinople, during the years 1809 and 1810*. London: J. Cawthorn.
- HOGARTH, David George. 1896. *A Wandering Scholar in the Levant*. London: John Murray.
- _____. 1910. *Accidents of an Antiquarian's Life*. London: Macmillan & Co.
- HUGHES, Thomas Smart. 1820. *Travels in Sicily Greece and Albania*. London: J. Mawman.
- JANKE, Arthur. 1874. *Reise-Erinnerungen aus Italien, Griechenland und dem Orient*. Berlin: J. Schneider & Comp.
- JERNINGHAM, Hubert E. H. 1873. *To and from Constantinople*. London: Hurst and Blackett.
- JESSUP, Henry Harris. 1910. *Fifty-Three Years In Syria*. New York: Fleming H. Revell Company.
- JOHNSON, E. E. 1885. *On the Track of the Crescent*. London: Hurst and Blackett.
- KLENZE, Leo von. 1838. *Aphoristische Bemerkungen gesammelt auf seiner Reise nach Griechenland*. Berlin: G. Reimer.
- KRUMBACHER, Karl. 1886. *Griechische Reise. Blätter aus dem Tagebuche einer Reise in Griechenland und in der Türkei*. Berlin: August Hettler.
- LOEWENTHAL, David. 1985. *The Past Is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.

- _____. 1996. *Possessed by the Past. The Heritage Crusade and the Spoils of History*. New York and London: The Free Press.
- LUNN, Henry S. 1896. *How to Visit the Mediterranean. A Guide-Book to Jerusalem, Cairo, Constantinople, Athens, and other Places of Interest on the Littoral of the Mediterranean*. London: Horace Marshall and Son.
- MACDONALD, Sharon e FYFE, Gordon. 1996. *Theorizing Museums. Representing identity and diversity in a changing world*. Oxford and Cambridge, MA: Blackwell Publishers/The Sociological Review.
- MICHAELIS, Adolf. 1882. *Ancient Marbles in Great Britain*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MONTAGUE, Mary Wortley. 1763. *Letters, written during her travels in Europe, Asia and Africa*. London: T. Becket/P. A. De Hondt.
- MÜLLER, Max, Mrs. 1897. *Letters from Constantinople*. London: Longmans, Green, and Co.
- MURE, William. 1842. *Journal of a Tour in Greece and the Ionian Islands, with Remarks on the Recent History – Present State – and Classical Antiquities of Those Countries*. Edinburgh and London: William Blackwood and Sons.
- PARNAUVEL, Omney Tcherson. 1855. *A Trip to Turkey, and Traveller's Guide to the Turkish Capital, By Way of Gibraltar, Malta, Syra, and Alexandria*. London: Houlston & Stoneman.
- PEARS, Edwin. 1911. *Turkey and its People*. London: Methuen & Co.
- PERRY, Charles. 1743. *A View of the Levant: Particularly of Constantinople, Syria, Egypt, and Greece. In which Their Antiquities, Government, Politics, Maxims, Manners, and Customs, (with many other Circumstances and Contingencies) are attempted to be Described and Treated on*. London: T. Woodward; C. Davis e J. Shuckburgh.
- POCOCKE, Richard. 1745. *A Description of the East, and Some other Countries*. Vol. II Part II. *Observations on the Islands of the Archipelago, Asia Minor, Thrace, Greece, and some other Parts of Europe*. London: Printed for the Author.
- PRÖSLER, Martin. 1996. "Museums and globalization" In: Macdonald e Fyfe, *Theorizing Museums. Representing identity and diversity in a changing world*. Oxford and Cambridge, MA: Blackwell Publishers/The Sociological Review. pp. 21-44.
- RANDOLPH, Bernard. 1689. *The Present State of the Morea, Called Anciently Peloponnesus: Together with a Description of the City of Athens, Islands of Zant, Strafades, and Serigo*. London: W. Notts, T. Basset e Thomas Bennet.
- RÖSER, Jacob. 1836. *Tagebuch meiner Reise nach Griechenland, in die Türkei, nach Aegypten und Syrien, im Jahre 1834 bis 1835*. Mergentheim: Neue Buch- und Kunsthandlung.
- ROWLANDS, Michael. "The politics of identity in archaeology". In: C. Bond and A. Gilliam(eds.), *Social Construction of the Past. Representation as Power*. London and New York: Routledge. pp.129-143.
- RUSSELL BARRINGTON, Mrs. 1912. *Through Greece and Dalmatia. A Diary of Impressions Recorded by Pen & Picture*. London: Adam and Charles Black.
- SCARRE, Chris. 1990. "The Western world view in archaeological sites". In: P. Gathercole e D. Lowenthal (eds.), *The Politics of the Past*. London: Unwin Hyman. pp. 11-18.
- SLADE, Adolphus. 1840. *Travels in Germany and Russia: Including a Steam Voyage by the Danube and the Euxine from Vienna to Constantinople, In 1838-39*. London: Longman, Orme, Brown, Green, and Longmans.
- SPENCER, Edmund. 1851. *Travels in European Turkey in 1850*. London: Colburn and Co.
- SUTHERLAND, Captain. 1790. *A Tour up the Straits, from Gibraltar to Constantinople. With the Leading Events in the Present War between the Austrians, Russians, and the Turks, to the Commencement of the Year 1789*. London: Printed for the Author.

- TEMPLE, Grenville T. 1836. *Travels in Greece and Turkey*. London: Saunders and Otley.
- TOBIN, Catherine. 1855. *Shadows of the East; or Slight Sketches of Scenery, Persons, and Customs, from Observations during a Tour in 1853 and 1854, in Egypt, Palestine, Syria, Turkey, and Greece*. London: Longman, Brown, Green, and Longmans.
- TOZER, Henry Fanshawe. 1869. *Researches in the Highlands of Turkey; Including Visit to Mounts Ida, Athos, Olympus, and Pelion, the Mirdite Albanians, and Other Remote Tribes. With Notes on the Ballads, Tales, and Classical Superstitions of the Modern Greeks*. London: John Murray.
- TSIGAKOU, Fani-Maria. 1981. *The Rediscovery of Greece. Travellers and Painters of the Romantic Era*. London: Thames and Hudson.
- VERE, Aubrey de. 1850. *Picturesque Sketches of Greece and Turkey*. London: Richard Bentley.
- VOLTAIRE, Francois Marie Arouet de. 1761. *The Works. With Notes, Historical and Critical*. London: J. Newbery, R. Baldwin, W. Johnston, S. Crowder, T. Davies, J. Coote, G. Kearsley e B. Collins.
- WALSH, Robert. 1836. *A Residence at Constantinople, During a Period Including the Commencement, Progress, and Termination of the Greek and Turkish Revolutions*. London: Frederick Westley and A. H. Davis.
- WATKINS, Thomas. 1794. *Travels through Switzerland, Italy, Sicily, the Greek Islands to Constantinople; through Part of Greece, Ragusa, and the Dalmatian Isles*. London: J. Owen.
- WHELER, George. 1682. *A Journey into Greece. In Company od Dr Spon of Lyons*. London: W. Cademan, R. Kettlewel e Awnsham Churchill/the Hand and Scepter e the Black Swan.
- WILSON, S. S. 1839. *A Narrative of the Greek Mission; or, Sixteen Years in Malta and Greece: including Tours in the Peloponnesus in the Aegean and Ionian Isles*. London: John Snow.
- WORDSWORTH, Christopher. 1839. *Greece: Pictorial, Descriptive, and Historical*. London: William S. Orr and Co.
- ZACHARIÁ, E. 1840. *Reise in den Orient in den Jahren 1837 und 1838. Ueber Wien, Venedig, Florenz, Rom, Neapel, Malta, Sicilien and Griechenland nach Saloniki, dem Berge Athos, Konstantinopel und Trapezunt*. Heidelberg: J. C. B. Mohr.

Notas

¹ "(...) reenact ancient stances": papéis no sentido de posição, intelectual ou emocional (ndt).

² Margrave: "título dado aos senhores encarregados de governar e administrar as províncias fronteiriças, no antigo Império Germânico" (in Houaiss) (ndt).

³ "Pedestal, ger. na forma de um tronco invertido de uma pirâmide de base quadrangular, us. para sustentar uma herma". Herma: 1. representação do deus Hermes, cortada à altura dos ombros, erguida sobre uma hermeta; 2. por extensão, qualquer representação de outros deuses, heróis ou homens notáveis, feita segundo esse modelo, ou qualquer busto ou figura em meio-corpo, que se sustenta por um pedestal (fonte citada e parafraseada: Houaiss) (ndt).

⁴ Entablamento: "1. na arquitetura clássica, a parte superior de uma construção, acima das colunas, composta de arquitrave, friso e cornija; cornijamento; 2. (...) por extensão de sentido: conjunto de molduras horizontais que servem de arremate superior a uma fachada" (fonte: Houaiss) (ndt).

⁵ “Espaço existente entre dois tríglifos de um friso dórico; inicialmente era liso, depois passou a receber ornamentações; ditríglifo” (fonte: Houaiss) (ndt).

⁶ Designação de um pequeno templo ou santuário antigo (ndt).

⁷ “British ambassador to the Porte”: forma encurtada de “Sublime Porte”, ou Sublime Portão, tradução literal – via o Francês – do turco “Bab tali”, referente aos portões do palácio em que se administrava a justiça no Império Otomano. Por antonomásia, o próprio governo otomano na Turquia (fonte: Random House Webster’s Unabridged Dictionary of English) (ndt).

⁸ Cf. nota de rodapé 5 (ndt).

⁹ “Suporte arquitetônico, originário da Grécia antiga, que se apresentava quase sempre com a forma de uma estátua feminina e cuja função era sustentar um entablamento” (in *Houaiss*) (ndt).

¹⁰ Divisão administrativa da Ática antiga e da Grécia moderna (ndt).

¹¹ “Soldado de um corpo de elite das tropas turcas criado no s. XIV e abolido em 1826; 2. derivação: (...) guarda-costas de déspota” (in *Houaiss*) (ndt).

* Trabalho apresentado no Fórum Especial: “Antropologia Urbana, organizado por Carmen Rial e Ruben Oliven durante a V Reunião de Antropologia do Mercosul. Florianópolis, dezembro de 2003.

** Tradução de Rafael Azize.